

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

Despacho do Ministro  
Em 26 de novembro de 1984

À vista dos pareceres, defiro o pedido de asilo territorial formulado pelo cidadão FILIPOWICZ TOMASZ, de nacionalidade polonesa.

IBRAHIM ABI-ACKEL

### DEPARTAMENTO FEDERAL DE JUSTIÇA

#### Divisão de Permanência de Estrangeiros

Despachos do Diretor da Divisão Substituto

Permanências definitivas deferidas

PROCESSO Nº 22453/83 - HUSNIE OSMAT MOURAD  
PROCESSO Nº 00175/84-ULDORICO FLORES CAMACHO  
PROCESSO Nº 03031/84-SP-PATROCÍNIA DO CARMO NUNES  
PROCESSO Nº 01029/84-MF-ANDREAS ANDRULIDAKIS  
PROCESSO Nº 00696/84-MG-AMIRA EL AJAMI  
PROCESSO Nº 01581/84-MS-JULIO CESAR ALMIRON LEON  
PROCESSO Nº 01928/84-MS-MORITADA NISHIHARA  
PROCESSO Nº 02011/84-ES-MARIA FERNANDA RODRIGUES CORREIA  
PROCESSO Nº 02876/84-SP-AMANDIO PIRES  
PROCESSO Nº 03053/84-SP-MARIO SERAFIM DE CASTRO FERREIRA  
PROCESSO Nº 03125/84-RJ-ANTONIO AUGUSTO DONGUES  
PROCESSO Nº 03489/84-RJ-RUI MANUEL DE SOUSA LUCAS DA SILVA  
PROCESSO Nº 03675/84-SP-MANDOUH ALI SULEIMAN SHEHADEH  
PROCESSO Nº 04897/84-PE-MIGUEL ANGEL GARCIA SAN EMETERIO  
PROCESSO Nº 05054/84-SP-MARIA DA GRAÇA COELHO PEREIRA CORTEZ  
PROCESSO Nº 09298/84-SP-YASUTOMO MAEDA, YORIKO MAEDA, AZUSA MAEDA e HAYATO MAEDA  
PROCESSO Nº 11447/84-RJ-LINO FERREIRA LOPES  
PROCESSO Nº 20159/84-Santos/SP-SAUSSAN GHASSAN DARGHAN  
PROCESSO Nº 20162/84-Santos/SP-NAWAL MOHAMAD DARWICH, JIHAD MOHAMAD DARWICH E JIHANE MOHAMAD DARWICH  
PROCESSO Nº 20214/84-Santos/SP-KHALIL MOHAMAD SMIDI E MIKE KHALIL SMIDI

EDSON RAIMUNDO MACHADO

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO  
DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 27 (VINTE E SETE) DE OUTUBRO DE 1984 (MIL NOVE CENTOS E OITENTA E QUATRO).

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro de 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro) reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Salão de reuniões do Hotel Bourbon, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, sob a égide de seu Presidente, Dr. PIO SOARES CANEDO, atendendo ao especial convite formulado pelo Conselheiro Dr. HEBER SOARES VARGAS, para que o CNPP realizasse a sua reunião ordinária do mês de outubro em Londrina, em comemoração ao cinquentenário da cidade e por ocasião dos Congressos Brasileiros de Medicina Legal e de Vitimologia. Presentes os Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ, ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, MAURO ONIVALDO TICIANELLI e NABOR CÉSAR SIQUEIRA. Presentes, ainda, como convidados especiais o Conselheiro HEBER SOARES VARGAS, o Dr. JAIR BOLZANI, membro do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, o Dr. JOSÉ MUNHOZ DE MELLO, Presidente do Conselho Penitenciário do Paraná, o Dr. GERALDO ALVES DOS SANTOS, membro do Conselho Penitenciário de Alagoas, o Dr. JOÃO FARIAS JÚNIOR, Assessor do Juiz das execuções penais do Paraná, o Dr. VICENTE SARUBBI, Diretor-Geral do DSP, do Estado do Mato Grosso do Sul, o Dr. FRANCISCO SILVA, membro do Conselho Penitenciário do Paraná, o Dr. ERNANI SIMAS ALVES, membro do Conselho Penitenciário do Paraná e, ainda, representantes da Imprensa local, estadual e nacional. Foram justificadas pelo Senhor Presidente, as ausências dos Senhores Conselheiros ABELARDO DE ARAUJO JUREMA, EVERARDO DA CUNHA LUNA, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSE MAURO COUTO DE ASSIS, RENÉ ARIEL DOTTI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, assim como a ausência da Sra. Secretária Executiva do CNPP, Dra. LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA. Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Conselheiro Prof. ANTÔNIO ZAPPALÁ, que secretariasse a reunião e agradeceu a honrosa presença dos ilustres convidados. Proseguindo, o Senhor Presidente relatou sobre o andamento das atividades do CNPP, com respeito à Reforma Penal, particularmente sobre o Código Penal, na sua Parte Geral, já transformado em Lei vigen-

te, sobre o novo Código de Processo Penal, que deu ontem entrada no Senado Federal e que entrará em vigor, assim como o novo Código Penal, em janeiro de 1985. Exaltou a importância da Lei de Execução Penal, principalmente do seu significado frente aos Conselhos Penitenciários Estaduais e do seu papel na evolução do cumprimento de penas no País. O Senhor Presidente informou que o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAUJO JUREMA foi convidado a integrar a direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, e que enviou ao ilustre Conselheiro os cumprimentos em nome do CNPP. Aproveitando a oportunidade, o Senhor Presidente ressaltou a excelente contribuição que o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAUJO JUREMA vem dando ao CNPP e augurou-lhe votos de profícua administração no BNDES. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do colendo Conselho, a ata da reunião anterior, tendo sido aprovada por unanimidade. Comunicou, a seguir, que enviou ao Senhor Ministro IBRAHIM ABI-ACKEL o Projeto de Decreto de Indulto Natalino, aprovado pelo CNPP na sua última reunião. Na oportunidade, o Senhor Presidente dirigiu-se aos ilustres visitantes esclarecendo que anualmente o CNPP faz uma minuta sobre o Indulto Natalino e que a matéria tem provocado amplas discussões, na busca de aperfeiçoar-se o seu conteúdo, principalmente no que diz respeito a prazos. Criticou que, quando o detento recebe os benefícios do Indulto Natalino, já são decorridos vários meses e que este é um dos aspectos principais que foi enfocado no corrente ano pelo CNPP na minuta do Decreto, a qual já foi encaminhada ao Gabinete

da Casa Civil. Informou que, em reunião anterior do CNPP, o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAUJO JUREMA fez relatório verbal sobre a matéria, ressaltando que neste ano o CNPP propoz que o indulto natalino seja de natureza penitenciária e não penal. Colocada a matéria para comentários, usaram da palavra os seguintes Conselheiros e convidados: Conselheiro ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, que relembrou a atual política do CNPP em relação aos apenados primários e em relação à reincidência em ingresso do estabelecimento penal, ressaltando, também, que no indulto de Natal deste ano, o CNPP foi contrário a exclusões de crime de roubo, extorsão, entorpecente, etc. e que na Minuta submetida, o Juiz, ao invés de se afastar, se obriga ao exame de cessação de periculosidade dentro de um conceito em que, não a qualidade do crime, mas a qualidade do criminoso é que iria ter significado no exame de cessação de periculosidade; assim, o CNPP adotou uma posição intermediária "para dar um passo à frente", relembrou que o CNPP é um órgão normativo e, nesse sentido, oferece à Casa Civil apenas uma Minuta de Decreto de Indulto Natalino e que naquele órgão ela poderá sofrer, e normalmente sofre, várias alterações. O Conselheiro MAURO ONIVALDO TICIANELLI mencionou as dificuldades de provar-se que não há mais periculosidade nos indivíduos que já cumpriram as suas penas; o participante GERALDO DOS SANTOS lembrou que, se há medida de segurança imposta, o Código manda que haja o exame, concluindo ao dizer que afirmar cessação de periculosidade é inadequado, pois realmente não há meios seguros de se fazê-lo; esclareceu que, em Alagoas, os laudos psiquiátricos contornam a situação atestando que "no momento, o preso está em condições de retorno ao convívio social", não mencionando, diretamente a expressão "cessação de periculosidade"; o visitante Dr. JOSÉ MUNHOZ DE MELLO, relatou que, no Paraná, a cessação de periculosidade é vista em termos de conduta, atitude e atividade de do preso, e de testes experimentais, colocando-se o preso em colônia; ratificando o conceito de que não há meios seguros de se provar a cessação de periculosidade, comentou que as circunstâncias permitem apenas o prognóstico de que o preso "provavelmente" cessou a sua periculosidade; ao concordar com a intervenção do Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, de que de um modo geral há delongas para o preso alcançar os benefícios do indulto de Natal, o Dr. JOSÉ MUNHOZ DE MELLO asseverou que, no Paraná, praticamente não ocorrem tais delongas, pois o Conselho Penitenciário Estadual vai montando os expedientes, com antecedência, restando apenas incluir nos mesmos os retoques finais para ajustar-se o expediente aos termos do novo Indulto Natalino; o participante Dr. JOÃO FARIAS JÚNIOR sugeriu que o exame de cessação de periculosidade deveria ser trocado por um exame diferente, que enfocasse a personalidade do preso, uma vez que vários Estados da União não têm condições de equipamentos e financeiras, citando, por exemplo, o eletroencefalograma, que é difícil e muito caro. Ao retomar a palavra, o Senhor Presidente lembrou que, a partir de janeiro de 1985, a Lei de Execução Penal entrará em vigor, o que nos dará um roteiro para os propósitos do Indulto Natalino e de sua aplicabilidade pelos Conselhos Penitenciários. Voltando aos itens introdutórios da Reunião, o Senhor Presidente comunicou que, atendendo à proposição feita pelo Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAUJO JUREMA, o CNPP enviou à Igreja Presbiteriana e à Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, telex de pesar pelo falecimento de nosso prezado companheiro, o Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO; comunicou, a seguir, que ainda hoje será assinada a Resolução em que designa os Conselheiros ROGÉRIO LAURIA TUCCI, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA e ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, para examinarem o Parecer da Comissão Interministerial que apreciou a proposta do CNPP sobre a criação do Departamento Nacional do Menor Infrator, em confronto com mensagem enviada pela FUNABEM; comunicou, a seguir, que o número especial da Revista de Política Criminal e Execução Penal, no qual será publicada a Lei de Execução Penal e sua tramitação no Legislativo, deverá estar em circulação em poucos dias; comunicou, ainda, que a Comissão incumbida de elaborar os textos da Parte Especial do Código da Reforma Penal, entregou tal matéria recentemente ao Senhor Ministro IBRAHIM ABI-ACKEL; comunicou, também, que recebeu do Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI um exemplar do seu trabalho intitulado "Os limites democráticos do Novo Sistema de Penas"; comunicou, ainda, que recebeu do Dr. EDMUNDO OLIVEIRA, que se encontra em bolsa de estudos em Paris, um substancial Relatório, que demonstra suas pesquisas no campo penitenciário. Franqueada mais uma vez a palavra, o Dr. VI-